



## PRC 2025 - Apresentação

A Frente Comum apresenta ao governo a sua Proposta Reivindicativa Comum para 2025, tendo como elementos essenciais a necessidade de valorizar o trabalho na Administração Pública e a necessidade de reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado.

Contrariamente ao que é afirmado pelo governo, a realidade económica do País não só permite como obriga a uma profunda alteração das políticas públicas, nomeadamente no que diz respeito à política salarial e de estabilidade do emprego.

Os trabalhadores da Administração Pública foram, com particular gravidade nos últimos anos, tão sujeitos como toda a população ao aumento brutal de preços e do custo de vida em geral:

Despesas	Aumento
Bens essenciais (1/2022 a 6/2024)	23,6%
Crédito a habitação (12/2021 a 6/2024)	52,5%

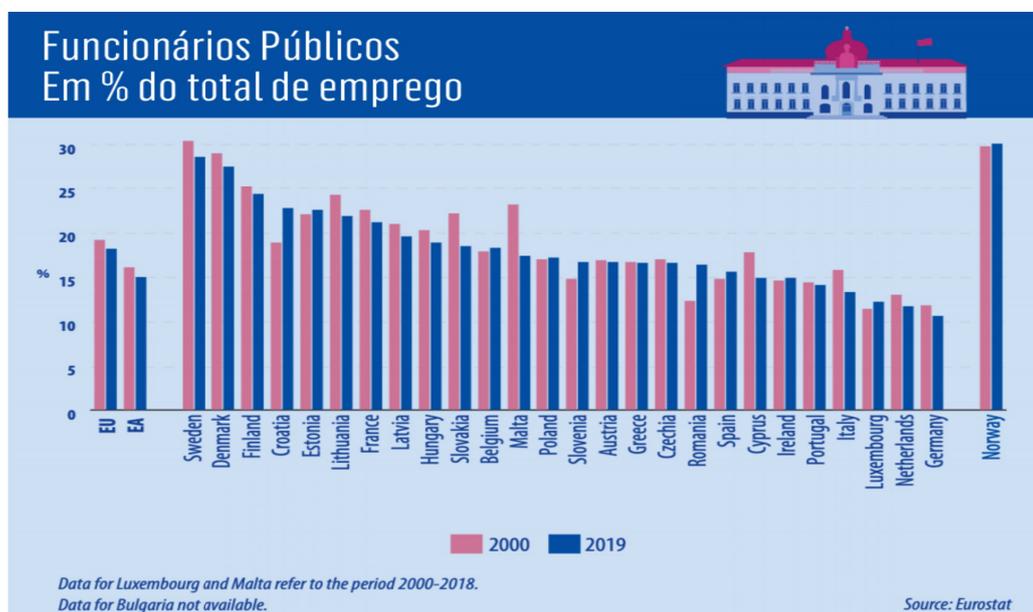
Fonte: INE

### Há trabalhadores a mais no Estado? O emprego público é seguro?

Argumento também repetido até ao exaustão é o do “número elevado” de trabalhadores da Administração Pública em Portugal.

Os dados oficiais (Eurostat) demonstram que Portugal se encontra abaixo da média dos países da União Europeia no que diz respeito ao total de trabalhadores da Administração Pública, em % do total de trabalhadores do país.

Fonte: Eurostat



Mesmo atendendo às políticas europeias de redução do número médio de trabalhadores nas Administrações Públicas, Portugal regista uma taxa de Emprego Público abaixo dos 15%. Valor muito longe do registado em países como a Suécia (29%), a Finlândia (25%) ou mesmo a Espanha, que regista valores bem acima dos 15%.

Também no que diz respeito à precariedade no seio da Administração Pública, Portugal não é um bom exemplo.

Apesar do Programa de Regularização de Vínculos Precários, medida que aquando da sua implementação prometeu “acabar com a precariedade na Administração Pública”, a realidade é bem diferente, **existindo hoje quase 90.000 trabalhadores com vínculos precários a trabalhar nas Administrações Públicas.**

### **Os Funcionários Públicos ganham muito dinheiro?**

No que diz respeito aos salários, as diferenças registadas para a média dos países da União Europeia, não só é gritante como se tem vindo a agravar.

#### **Remuneração Base Média Mensal UE - PT**

Ano	União Europeia	Portugal	Diferença (%)
2014	2519€	1529€	60,7%
2022	3024€	1642€	54,3%

Fonte: Eurostat

Segundo os últimos dados da Eurostat (2022), os trabalhadores da Administração Pública em Portugal ganham cerca de metade dos seus colegas dos outros países da UE.

### **O País não tem dinheiro para aumentar salários?**

Mais uma vez, são repetidos argumentos falsos sobre a disponibilidade financeira do País para concretizar os justos e necessários aumentos de salários. O objectivo é claro: iludir as opções políticas que levaram Portugal a ser um país de baixos salários, ao mesmo tempo que se favorecem os grandes grupos económicos.

Esta é uma realidade há muito conhecida e sentida pelos trabalhadores da Administração Pública.

A título de exemplo, estudemos o impacto que um aumento de 150€ por trabalhador teria nas contas públicas:

**Aumento líquido para o trabalhador = 112,85€/mês**

**Receita para Estado = 389 960 005€/ano (IRS e SS)**

**Custo para o Estado em relação à “Aquisição de Serviços” = 4,3%**

O aumento de 15% aplicado aos 749 mil trabalhadores da Administração Pública representaria um acréscimo inferior à receita fiscal total resultante do aumento geral dos salários para todos os trabalhadores (quer por via do IRS, quer por via do IVA), ou seja, seria mais do que compensada.

A política de baixos salários no país e em particular na Administração Pública, contrasta de forma gritante com a que vivem os 19 maiores grupos económicos portugueses, que viram os seus lucros atingir nos primeiros seis meses de 2024, os 32,5 milhões de euros por dia.

Fica claro que dinheiro há, o que falta é uma política que promova a justa distribuição da riqueza.

### **Quais são, entre outras, as prioridades reivindicativas dos trabalhadores da Administração Pública?**

- O aumento intercalar das remunerações, no sentido de repor o poder de compra perdido;
  - Aumento salarial não inferior a 15%, num mínimo de 150 euros, para todos os trabalhadores, com efeitos a de 1 de janeiro de 2025;
  - Aumento do salário mínimo na Administração Pública para 1000 euros, em janeiro;
  - Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo, que valorize, realmente, os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e progressão profissionais;
  - Eliminação de todas as formas abusivas de precariedade na Administração Pública;
  - Dotação dos Serviços Públicos de recursos humanos, materiais e tecnológicos para o desenvolvimento de áreas estratégicas para o País;
  - Adoção de políticas que garantam a reversão do caminho de destruição dos serviços públicos, respeitando a Constituição da República Portuguesa, com especial enfoque no Serviço Nacional de Saúde.

Frente Comum, 27 de Setembro 2024.